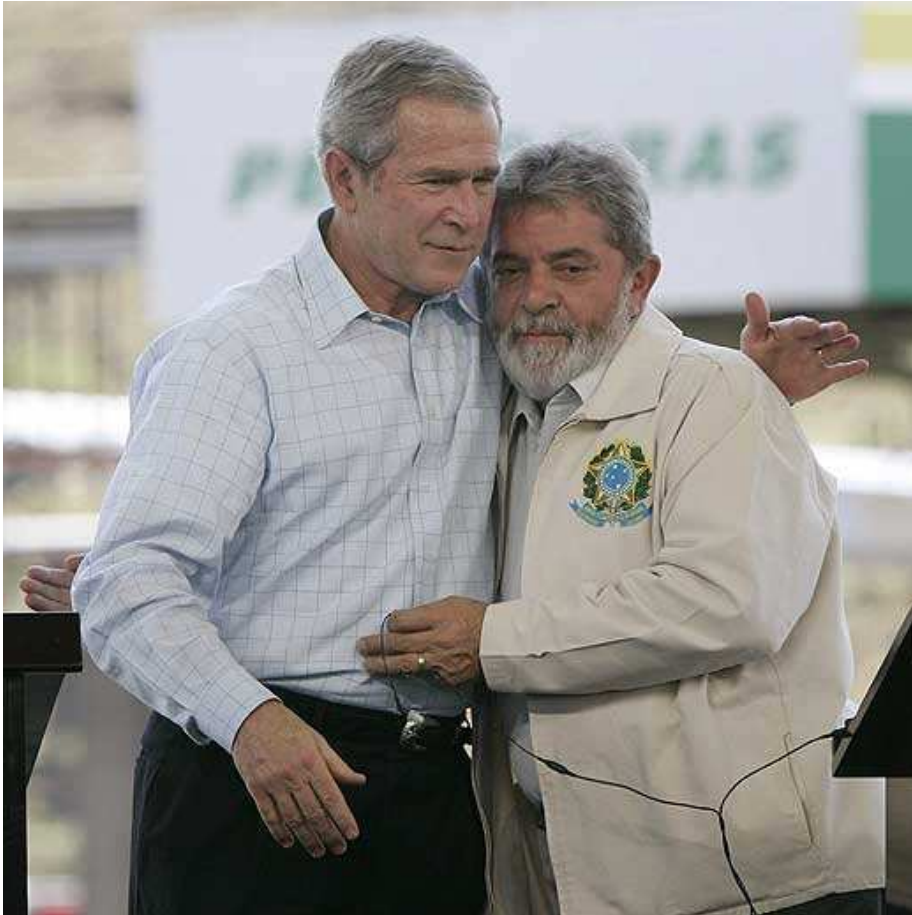


A ALIANÇA DO ETANOL: AMEAÇA À SOBERANIA ALIMENTAR E ENERGÉTICA



Camila Moreno e Anuradha Mittal
Março, 2008

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

Créditos e Agradecimentos

Autoras: Camila Moreno com Anuradha Mittal

Agradecemos à Shannon Biggs pelo apoio conceitual e editorial e à Maria Rita Reis, Melissa Moore e Frederic Mousseau pelo apoio editorial.

Agradecemos também à Lúcia Ortiz, coordenadora da Nat-Amigos da Terra Brasil, com quem temos trabalho em conjunto o tema da Soberania Energética

Sobre as Autoras:

Camila Moreno é pesquisadora da Terra de Direitos e trabalha sobre os impactos sociais e ambientais da expansão da biotecnologia e agronegócio no Brasil e na América Latina; é doutoranda em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade no CPDA/UFRRJ e integrante do grupo de trabalho em Ecologia Política do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, CLACSO.

Anuradha Mittal, Diretora Executiva do Oakland Institute, é perita renomada internacionalmente em temas de comércio, agricultura, direitos humanos e desenvolvimento.

A Terra de Direitos é uma organização de direitos humanos dedicada à defesa e promoção de direitos econômicos, sociais, culturais, e ambientais. A Terra de Direitos trabalha com os movimentos sociais rurais e urbanos nos temas de terra, território, biodiversidade, soberania alimentar e equidade sócio espacial.

Visite www.terradedireitos.org.br para mais informações.

The Oakland Institute, Califórnia, EUA, é uma organização dedicada à pesquisa, análise e ação e cuja a missão é promover a participação pública e promover o debate equitativo em temas críticos tanto sociais, econômicos como ambientais.

Visite www.oaklandinstitute.org para mais informações.

© Fevereiro 2008, Terra de Direitos e The Oakland Institute



TERRA DE DIREITOS
ORGANIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS



Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

Resumo

Há exatamente um ano, o Presidente Bush visitava o Brasil. Na ocasião, celebrou com o Governo Brasileiro um acordo o que ficou conhecido como a “A Aliança do Etanol”.

A Aliança do Etanol foi formalizada por um “Memorando de Entendimento” que estabeleceu uma série de medidas de cooperação para expandir a produção de etanol e criar no futuro, a primeira commodity do mercado internacional de agroenergia. Unindo os dois países que juntos respondem por 70% da produção mundial de etanol, as cartas foram colocadas na mesa, e ao resto do mundo, restava assistir. Um ano depois, a próxima jogada está prestes a acontecer. Enquanto no Brasil, os usineiros foram proclamados “heróis nacionais” pelo Presidente Lula, tramita no Congresso Americano o orçamento federal para 2009.

Na tramitação do orçamento, o governo Bush deverá debater com o legislativo se a tarifa de importação ao etanol nos EUA (atualmente US \$0.54 por galão ou US \$ 0.14 por litro) deverá ser renovada ou não.

Destinada a proteger os produtores americanos de etanol (de milho) das importações competitivas, é evidente que a eliminação da tarifa terá grande impacto sobre os países exportadores de etanol, especialmente para o Brasil, responsável hoje por 70% do total das importações dos EUA (dados de 2006). Este número não inclui o etanol brasileiro que é simplesmente desidratado nos países que integram o tratado de livre comércio da “Iniciativa para a Bacia do Caribe” (Costa Rica, Jamaica e Trinidad e Tobago) e El Salvador, e depois, reexportado para os EUA. Esta triangulação permite que o etanol que sai destes países (mesmo que de origem brasileira) entre nos EUA com tarifa zero, até o limite de 7% da produção nacional estadunidense.

O relatório produzido pela Terra de Direitos e pela organização estadunidense Oakland Institute traz os desdobramentos da “Aliança do Etanol” desde a assinatura do Memorando de Entendimento, passando pela visita de parlamentares americanos ao Brasil em novembro de 2007. Também apresenta a perspectiva de organizações e movimentos sociais reunidos na I Conferência Popular sobre Agroenergia, realizada em Curitiba, em fins de outubro de 2007.

O tema é tratado nos seguintes níveis:

- 1. Regional: enfoca a análise geopolítica e as implicações da aliança do etanol entre Brasil e Estados Unidos.**
- 2. Global: examina a estratégia corporativa que conseguiu determinar o principal discurso oficial sobre agroenergia e em como tratar das mudanças climáticas.**
- 3. Resistência Popular: descreve o desafio dos setores populares ao marco atual das questões de segurança energética e traz sua agenda propositiva, construída a partir da Soberania Alimentar e Energética para ‘resfriar o planeta’.**

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

Brasil: um Gigante Emergente de Energia

Brasil é o líder global de exportação de etanol, contribuindo com 70% da oferta mundial em 2006. De acordo com os dados mais recentes (safra 2006/2007), a produção nacional total de etanol (de cana-de-açúcar) foi de 17.8 bilhões de litros; 3.4 bilhões de litros foram exportados, com 56.2% deste total exportado para os EUA apesar da tarifa imposta de US \$ 0.14 por litro (US \$ 0.54 por galão).

Além disso, o Brasil anunciou recentemente a descoberta do campo Tupi: uma reserva massiva de hidrocarbonos em águas profundas (*off shore*), que seria a oitava maior reserva de petróleo e gás do mundo, transformando o país em um potencial exportador de petróleo. De acordo com um diretor da Petrobrás, “o volume das reservas do Brasil estão entre aquelas da Nigéria e as da Venezuela”.

A descoberta deste campo de petróleo poderá potencializar as reservas totais do Brasil em mais de 60% e já despertou especulação sobre futuras descobertas nas reservas de petróleo e gás em águas profundas do país, largamente ainda inexploradas. A Petrobrás, operadora majoritária do campo Tupi (com 65%), declarou que os testes confirmaram reservas recuperáveis entre 5 e 8 bilhões de barris de óleo e gás, o que quase empata com as reservas totais de 8.5 bilhões de barris da Noruega. Esta descoberta já despertou especulações sobre o Brasil ingressar como membro na OPEC (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).¹

No contexto de uma demanda internacional crescente por petróleo e gás, impulsionada pelas economias em crescimento da China e da Índia e acompanhada por um declínio de picos de produção e preços altos, esta descoberta recente introduziu um novo elemento na balança de poder de qualquer

¹ Executivos da Petrobrás disseram que o início da produção pode ser esperado para 2012-2013, embora vários analistas da indústria digam que o pico de produção não irá ocorrer antes de 2020. A mega descoberta deste campo de petróleo foi listada como uma das ‘Dez Mais Sub-Reportadas Notícias em 2007’ pela revista *Times* (Dezembro, 24th, 2007, p.42)

negociação internacional na qual o Brasil esteja daqui para diante, da mesma forma como redefine os termos de negociações anteriores.

Regionalmente, esta descoberta irá reforçar a parceria energética com o Brasil, influenciando contra os governos 'esquerdistas' de outros países ricos em petróleo e hidrocarburos no continente – Venezuela, Equador e Bolívia – cujas agendas políticas de nacionalização dos recursos não são alinhadas com a dos Estados Unidos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi rápido em negar enfaticamente que a descoberta do campo Tupi viria alterar sua política de agrocombustíveis, dizendo que: “uma matriz energética diversificada é de importância fundamental nos dias de hoje e tudo o que nós poderíamos querer, já que provê segurança energética e dá uma capacidade máxima de barganha ao nosso país para negociar sua posição devida no novo cenário global de energia”.

E com certeza já há acordos a caminho para serem negociados.

Uma Delegação do Congresso Americano no Brasil : o que está na agenda ?

“Brasil e Estados Unidos respondem juntos por aproximadamente 70% da produção global de agrocombustíveis. Nossos dois países podem e devem liderar nestas áreas”.²

Uma delegação bipartidária visitou o Brasil entre 26 de novembro e 01 de dezembro de 2007 com o objetivo de mover adiante a agenda agrocombustíveis/etanol. Enquanto isso, no plano doméstico nos EUA, os candidatos presidenciais dos partidos Democrata e Republicano são vistos como tendo visões de longo prazo profundamente distintas quanto à política energética. Para os democratas o objetivo da política energética seria, sobretudo, a redução do consumo de petróleo e busca de fontes alternativas, já inseparável do objetivo

²Christopher McMullen, Deputy Assistant Secretary for Western Hemisphere Affairs. “US-Brazil Relations: Forging a Strategic Partnership,” Remarks to the Brazil – U.S. Business Council, Washington, DC, October 17, 2007. www.state.gov/p/wha/rls/rm/07/q4/94355.htm

de reduzir o risco das mudanças climáticas. Para os candidatos republicanos a política energética seria primariamente reduzir a dependência externa, produzindo mais energia no país, em particular etanol a partir do milho.³

A viagem ao Brasil foi organizada e liderada pelo congressista Eliot Engel (Democrata, Nova York) que é o presidente do sub-comitê de Relações Internacionais para o Hemisfério Ocidental na Câmara dos Deputados dos EUA.⁴ O itinerário incluiu as principais capitais e cidades turísticas incluindo: Salvador, Bahia; Cataratas do Iguaçu na tripla fronteira com Paraguai e Argentina; Manaus (no coração da Floresta Amazônica); Brasília; e Rio de Janeiro, para garantir um aperto de mão na Petrobrás, a gigante brasileira do petróleo.

Se de fato haverá algum avanço em tomar passos concretos em direção a uma agenda política comum no tema das energias limpas a partir desta visita oficial, ou não, ainda está para ser visto. Muito provavelmente a visita será utilizada, com as paisagens cinematográficas como pano de fundo (considerando as destinações turísticas escolhidas) para legitimar, ao menos visualmente, a parceria estratégica com o Brasil.

Refutando oponentes que ridicularizaram a viagem como uma oportunidade para os 11 parlamentares ficarem hospedados em hotéis elegantes e desfrutar de um passeio de barco pelo Rio Amazonas, Randy Kuhl, (Republicano-Nova York), declarou em uma conferência de imprensa com jornalistas do Brasil que “ele queria ver em primeira mão como uma nação sul americana conseguiu desmamar-se de sua dependência em petróleo estrangeiro utilizando etanol feito a partir de cana-de-açúcar”. De acordo com Kuhl, “os participantes mal tiveram tempo suficiente para dormir já que viajaram de reunião para reunião com

³ Edmund L. Andrews. “Candidates Offer Different Views on Energy Policy,” *New York Times*, November 28, 2007.

⁴ Deputado Engel serve ao Comitê de Comércio e Energia e também é parte do Comitê de Relações Internacionais e é o presidente do sub-comitê sobre o hemisfério ocidental. Engel também é vice-presidente da Força Tarefa Democrática em Segurança Doméstica. É fundador e co-presidente do Caucus do Parlamento

representantes do governo para discutir agrocombustíveis e esforços para combater o tráfico de drogas”.⁵

O programa da delegação incluiu a visita ao senado e à câmara do Congresso Federal Brasileiro para fortalecer laços bilaterais e discutir comércio, agrocombustíveis e outros temas regionais. A parceria EUA-Brasil no hemisfério foi o tema do encontro entre os legisladores. “As Américas são um bloco poderoso se todos nós trabalharmos juntos, Brasil e Estados Unidos irão liderar o caminho”, disse o deputado Engel.⁶ Ao final do encontro, o deputado Engel disse ser favorável a reduzir a taxaçoão do etanol brasileiro para entrar no mercado americano, afirmando que “as negociaçoões deveriam ser feitas no sentido de colocar um fim nas tarifas do etanol”.⁷

Enquanto tanto o Brasil como os EUA lideram a produçoão mundial de etanol, a produtividade é bem distinta: 6,300 litros por hectare no Brasil (cana-de-açoúcar) comparada a 3,200 litros por hectare nos EUA (milho).⁸ Embora seja mais eficiente energeticamente, o etanol brasileiro feito de cana-de-açoúcar não é competitivo no mercado doméstico americano uma vez que está sujeito a altas taxas de importaçoão para proteger os agricultores americanos. Enquanto cada galão (= 3,78 litros) de etanol puro misturado à gasolina nos EUA dá a quem mistura um crédito em impostos de US \$ 0.51 por galão, também há incentivos em taxas para os pequenos produtores.

Além disso, como parte do Ato de Política Energética (Energy Policy Act) de 2005 (P.L. 109-58), o congresso estabeleceu a Renewable Fuel Standard (RFS)

em Petróleo, Gás e Segurança Nacional, o qual está buscando alternativas energéticas limpas e eficientes para a super dependência da América ao petróleo.

⁵ Erin Kelly. *Massa Derides Kuhl's Trip to Brazil, Calls it a Junket*, November 30, 2007. Democrat and Chronicle online at: www.democratandchronicle.com/apps/pbcs.dll/article?AID=/20071130/NEWS01/711300381/1002/NEWS

⁶ *US Congressional Delegation Visits Brasilia*, US Embassy in Brazil Press Release, November 30, 2007.

⁷ American and Brazilian Parliamentarians Debate Biofuels, Brazilian Senate Press Room, November 30, 2007. http://www.senado.gov.br/agencia/internacional/en/not_418.aspx

[Padrão de Combustível Renovável]. A cada ano, o RFS requer uma certa quantidade de combustível renovável que deve ser misturado à gasolina. Para o período de 2007, a mistura mandatória é de 4.7 bilhões de galões, atingindo 7.5 bilhões de galões em 2012. *A vasta maioria desta mistura mandatória será cumprida utilizando etanol.* Hoje, é impossível atender as metas dos EUA de mistura de combustíveis renováveis com a tecnologia disponível e as matérias primas produzidas no âmbito doméstico.⁹ A posição atual da Casa Branca é de sustentar a tarifa imposta de US \$0.14 por litro (US \$0.54 por galão) sobre o etanol brasileiro até 2009. Reduzir ou eliminar a tarifa iria estimular o suprimento de etanol na Flórida, porque seria mais barato receber por navio desde o Brasil do que transportá-lo de caminhão desde o meio oeste americano. Contudo, como observou Engel, “existem alguns obstáculos a serem removidos em direção ao livre comércio entre os dois países.”¹⁰

Além do evento na sala de imprensa do senado e um almoço recreativo no Pelourinho, o distrito turístico afro-cultural em Salvador, Bahia, não houve outros eventos abertos à imprensa. Todas as discussões foram mantidas em reuniões sob portas fechadas com representantes do governo e da indústria, apesar do anúncio da embaixada americana que “como membro do Comitê de Comércio e Energia o congressista Engel teria várias reuniões relacionadas aos agrocombustíveis além de promover investimentos dos EUA no Brasil.”¹¹

“Os Estados Unidos estão ansiosos para aprender com o Brasil. O Brasil realizou esforços para ter independência energética e os Estados Unidos estão um tanto atrás neste caminho. Estamos ansiosos para saber como vocês chegaram a esta decisão política, *quais os problemas que estão*

⁸ UNICA/BNDES.

⁹ Mario Osava , Brazil-US: A Giant Shadow over Ethanol Politics, IPS News Service, April 2, 2007.

¹⁰ “American and Brazilian Parliamentarians Debate Biofuels,” Brazilian Senate Press Room, November 30, 2007.

http://www.senado.gov.br/agencia/internacional/en/not_418.aspx

¹¹ *Ibid.*

enfrentando e quais são as necessidades futuras do Brasil em termos de energia”, disse Engel.¹²

Apesar do objetivo declarado da missão desta delegação de examinar extensivamente o experimento brasileiro em agrocombustíveis, vários pontos de visita obviamente obrigatórios estiveram ausentes do itinerário.

Os verdadeiros ‘pontos quentes’: o que a delegação do Congresso Americano não viu

A delegação não fez nenhuma visita às queimadas nas plantações de cana-de-açúcar, uma visão sinistra de uma ‘plantation’ do século XXI, onde as piores condições de trabalho e trabalhadores majoritariamente migrantes coexistem com não raras ocorrências de trabalho escravo. Apesar das condições chocantes de trabalho — algo em torno a 500,000 trabalhadores que labutam de março a novembro sob o sol tropical cortando cana para fabricar etanol – e das emissões de gases de efeito estufa das queimadas dos canaviais serem os efeitos mais amplamente divulgados da expansão das plantações de cana-de-açúcar,¹³ existem outros impactos relacionados que são facilmente visíveis.

Tomar a estrada e dirigir em direção ao campo já fornece facilmente evidências de como a expansão do agronegócio está transformando milhões de hectares de ecossistemas naturais, incluindo o Cerrado e a Amazônia, em uma gigantesca monocultura. Outros impactos incluem o deslocamento de populações rurais, a destruição de modos de vida tradicionais, aumento da violência rural e despejos forçados, até perdas massivas de biodiversidade, desmatamento, esgotamento dos recursos hídricos, desertificação dos solos, etc.

¹² *American and Brazilian Parliamentarians debate Biofuels*, 11/30/2007, Brazilian Senate press room, online in english at: http://www.senado.gov.br/agencia/internacional/en/not_418.aspx (emphasis added)

¹³ Michael Smith and Carlos Caminada, “Ethanol’s Deadly Brew,” *Bloomberg Markets*, November 2007. www.bloomberg.com/news/marketsmag/mm_1107_story3.html

A expansão das monoculturas sob o sistema agrícola industrial controlado pelas corporações é visto como a principal força motora que determina o acesso e controle sobre os recursos naturais comuns (terra, água, florestas, biodiversidade, óleo, gás, minérios) e está na raiz de praticamente todos os conflitos sócio-ambientais no Brasil bem como por toda a América Latina. De acordo com a declaração final do Fórum de Resistência aos Agronegócios, “Este modelo dos agronegócios, sob os critérios da inserção no mercado global, nos é imposto como a única via de desenvolvimento e de progresso de nossos países, acarretando transtornos humanitários e ecológicos de dimensões catastróficas.”¹⁴

Outro impacto da expansão das plantações de cana-de-açúcar, especialmente no epicentro de São Paulo e na região Sudeste é a promoção de outras monoculturas. Se o efeito direto é a expansão da cana sobre áreas anteriormente destinadas a produção de alimentos, os efeitos indiretos são também preocupantes. A dinâmica de expansão da cana-de-açúcar no Sudeste e Centro-Oeste empurra a ocupação agrícola sobre outros territórios, como por exemplo, os recentes índices de desmatamento da Amazônia, reconhecidamente causados pela expansão da criação de gado e das monoculturas, em especial da soja.

Atualmente, ao menos 80% do biodiesel brasileiro é produzido a partir da soja. O programa brasileiro de biodiesel¹⁵ inclui a mistura obrigatória de matérias primas produzidas através da ‘agricultura familiar’, chamado Selo Combustível Social e recebe subsídios para promover a diversificação de matérias primas e promover a inclusão social. Apesar desta intenção formal, o programa brasileiro de biodiesel, de fato, oferece um mercado adicional para a maior e mais consolidada cadeia do agronegócio – a soja – controlada por gigantes corporações norte americanas tais como Cargill, Archer Daniels Midland (ADM) e Monsanto.

¹⁴ Ver informe completo sobre o Fórum de Resistência aos Agronegócios em, www.resistalosagronegocios.info/docs/Sintese_forum_portugues.pdf

¹⁵ A mistura mandatória de 2% de biodiesel em todo o diesel brasileiro entrou em vigor em 01/01/2008. Esta medida criou um mercado cativo nacional estimado em 1 bilhão de litros de biodiesel por ano.

A expansão da soja no Brasil (e países vizinhos como o Paraguai, Bolívia e Argentina) é a principal culpada na acusação do desmatamento e uma causa estrutural do aquecimento global. A monocultura da soja está devorando a maior floresta tropical remanescente do mundo, a Amazônia. Primeiro, a floresta virgem é derrubada para extrair e vender a madeira valiosa; em seguida vêm as queimadas (e suas emissões destruidoras) para abrir novas áreas de pastagem para o gado, na maior parte sobre terras até então públicas. Quando as áreas de pastagens ficam degradadas, o que ocorre rapidamente pois o solo amazônico é muito frágil sem o húmus e a sombra da floresta, estas áreas são tomadas pelo cultivo de soja. A posição do Brasil como maior produtor e exportador mundial de carne é, em larga medida, obtida através de dinâmicas ilegais e violentas de aquisição de terras para expandir a criação de gado sobre a Amazônia que está sendo progressivamente pavimentada com soja.

Considerando a pressão para expandir a cana-de-açúcar para etanol e a soja para o biodiesel, já foi argumentado que a febre de agrocombustíveis “é uma mistura explosiva às monoculturas industriais”.¹⁶ É importante notar que nenhum destes impactos e paisagens devastadas são visíveis nas destinações escolhidas para as visitas da delegação. De modo similar, em uma visita recente ao Brasil, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki Moon, cancelou no último minuto sua visita à cidade de Santarém, na região amazônica, conhecida como o epicentro da soja e sede do maior complexo exportador de soja da Cargill, onde os impactos violentos do agronegócio incluem o assassinato da missionária católica Dorothy Stang.¹⁷

¹⁶ Sérgio Schlesinger e Lúcia Ortiz, *Agronegócio e Agrocombustíveis: Uma Mistura Explosiva – Impactos da expansão das monoculturas na produção de bioenergia no Brasil*. FBOMS, 2006. Em: www.natbrasil.org.br/Docs/biocombustiveis/biocomb_ing.pdf

¹⁷ Uma coalizão da sociedade civil, movimentos sociais e povos indígenas escreveu uma carta pública ao Sr. Ki Moon, protestando sobre o cancelamento de sua visita. Alguns dias depois, em Valência na Espanha, durante o encontro do Painel da ONU sobre Mudanças Climáticas, Sr. Moon referiu-se à Amazônia como um ecossistema “sufocado”, sofrendo pelo aquecimento global; esta referência, contudo, não consta no informe escrito oficial que ele estava apresentando na ocasião.

Cidadã norte-americana, Irmã Dorothy Stang, foi assassinada em 12 de fevereiro de 2005 por defender a Amazônia e os trabalhadores rurais, sendo imediatamente reconhecida como a mais proeminente ativista a perder a vida violentamente na Amazônia desde o assassinato de Chico Mendes em 1988 e reconhecida como mais uma mártir em defesa da floresta tropical. Irmã Dorothy trabalhava na região há 37 anos opondo-se às companhias madeireiras corruptas e era uma porta voz crítica de grileiros e desmatadores que usam intimidação e violência para forçar pequenos produtores, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhos para fora de suas terras. A luta para deter o desmatamento na região tem sido construída com a vida de muitos outros ativistas, trabalhadores rurais e lideranças comunitárias.

A delegação não visitou os canaviais onde a cana é cultivada, muito menos buscou recolher testemunhos dos agricultores. Nem mesmo um mínimo de esforço foi empregado para parecer que estes congressistas estivessem cumprindo suas obrigações. Se a delegação de congressistas não desejava obter um testemunho verdadeiro sobre o que é de fato a ‘febre dos agrocombustíveis’, pode-se questionar sobre qual seria, então, o objetivo fundamental desta delegação.

Brasil e Estados Unidos Forjam a “Aliança do Etanol ”

A visita do presidente Lula à Camp David em Março de 2007 selou o que vem sendo reconhecido como a “aliança do etanol” entre Brasil e Estados Unidos.¹⁸ Com o objetivo de promover maior cooperação em etanol e agrocombustíveis entre os dois países, o acordo promove uma parceria bilateral em pesquisa e desenvolvimento; a promoção da indústria de agrocombustíveis através de estudos de viabilidade e assistência técnica; a criação de um mercado mundial de

¹⁸ *Memorandum of Understanding Between the United States and Brazil to Advance Cooperation on Biofuels*, U.S. Department of State, Office of the Spokesman, March 9, 2007. <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2007/mar/81607.htm>. Ver também: *Joint Statement on the Occasion of the Visit by President Luiz Inácio Lula da Silva to Camp David*, White House Press Release, March 31, 2007. <http://www.state.gov/p/wha/rls/prsrl/07/q1/82519.htm>

commodities para agrocombustíveis, estreitando a compatibilidade de normas e padrões. Na reunião em Camp David, os dois presidentes discutiram a redução dos subsídios agrícolas, principal empecilho à conclusão da rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e padrões internacionais para o comércio exterior de etanol, um passo técnico para defini-lo como a primeira commodity no emergente mercado global de agroenergia.

Etanol, Energia e a Política da Mudança do Clima

Situado no contexto maior de uma grande oportunidade de negócios e de manter a hegemonia dos EUA na região, a política do etanol está criando uma base sólida para o seu futuro fabricando opinião pública favorável, tarefa que começa com aparar as diferenças entre programas políticos afiliados até então à Esquerda e à Direita, por exemplo, como na incomum afinidade entre os presidentes Lula e Bush, apesar de suas diferenças ideológicas.

A “aliança do etanol” foi capaz de superar a oposição ideológica entre dois chefes de Estado – Lula sendo o político mais à esquerda já eleito presidente do Brasil, e Bush, um dos presidentes mais conservadores na história recente dos EUA – suas visões políticas opostas não deveriam ser um empecilho para esta nova ‘cooperação energética’.¹⁹ A parceria entre o Brasil e os Estados Unidos é esclarecedora de como a política da energia/mudança do clima está definindo uma nova fronteira política nos tempos atuais, diminuindo constrangimentos ideológicos anteriores, como se a produção de energia não tivesse nada que ver com a sociedade na qual ela será utilizada.

Um claro sinal desta afinidade e a liderança tropical emergente foi o anúncio, no final de junho de 2007, da retomada do Programa Nuclear Brasileiro. Como definiu o presidente Lula:

¹⁹ Public hearing on United States-Brazil Relations, September 19, 2007 - Rayburn House Office Building, testimony by Paulo Sotero, *Director of the Brazil Institute of the Woodrow Wilson International Center for Scholars*

"Brasil pode se dar o luxo de ser um dos poucos países no mundo a controlar todo o ciclo de enriquecimento de urânio, e, daí, eu acho que nós seremos muito mais reconhecidos como um Nação."²⁰

O Brasil tem uma das maiores reservas mundiais de urânio. Este anúncio foi feito sem qualquer ameaça militar ao país ou como sendo um tema de muita importância, dado que o Brasil é historicamente um país amigo e tem um registro de política de boa vizinhança com os EUA.

Novos Acordos de Energia na Ordem Mundial em Mudança

Em 9 outubro de 2007, o Congresso dos EUA aprovou unanimemente a Resolução (House Resolution) 651 HI, que introduz a questão declarando que, 'seguido ao choque do petróleo no início dos anos 70', o Brasil reduziu sua vulnerabilidade energética através da diversificação do setor de energia, com o etanol de cana. Com o foco central na 'cooperação em agrocombustíveis', a Resolução 651 HI pede urgência em reforçar uma parceria estratégica entre os dois países, enaltecendo a liderança do Brasil não somente como um líder regional, mas como um parceiro global.²¹

De autoria do congressista Eliot L. Engel (Democrata-Nova Iorque), a Resolução reconhece a relação estratégica entre Estados Unidos e Brasil, o significado mais amplo e a importância do Memorando de Entendimento sobre cooperação em agrocombustíveis entre os dois países de Março de 2007. Nas palavras do representante Engel:

"Durante anos o Brasil esteve *voando abaixo do radar* dos Estados Unidos. Nós nunca prestamos muita atenção no que estava acontecendo no maior país da América do Sul. Mas acredito que chegamos ao fim deste período de ignorância e negligência e que nós, na América [EUA], estamos finalmente *despertando* não

²⁰ Reuters, Brasil irá investir US \$ 500 milhões em submarino nuclear, 10/07/2007. <http://www.alertnet.org/thenews/newsdesk/N03232022.htm>

²¹ House Resolution 651 IH, October 9, 2007. <http://www.state.gov/p/wha/rls/rm/07/q4/94355.htm>

somente para a importância do Brasil, mas também em *quão natural esta relação deveria ser*. Além dos Estados Unidos, o Brasil é a maior democracia no hemisfério. A Secretária de Estado Condoleezza Rice chamou o Brasil de ‘líder regional e nosso parceiro global’.” (grifos nossos)

O uso da metáfora militar, *voando abaixo do radar*, não deixa dúvida de que a política dos agrocombustíveis/etanol é concebida pelos EUA para encaixar-se na sua estratégia de segurança energética mais ampla, orientada a reduzir a dependência em reservas estrangeiras de petróleo e gás. Ainda que fontes de energia limpas ou não-fósseis sejam introduzidas progressivamente, seja esta transição forçada pela depleção de petróleo e gás, aumento de custos para extrair e transportar as reservas existentes, ou pelo aparato de guerra necessário para continuar explorando os campos em algumas regiões (guerras por petróleo), as fontes renováveis estão um tanto quanto longe de tornarem-se um substituto efetivo para a atual dependência de petróleo, gás e carvão – a principal matriz energética e matéria prima da economia globalizada.

A capacidade agrícola de um país (terras aráveis disponíveis e água) para produzir agrocombustíveis e garantir o suprimento estável da demanda para os mercados internacionais, como no caso do Brasil, é um fator de importância crescente nas negociações de um papel mais importante na nova ordem mundial emergente. Campos de agroenergia, como parte de uma ‘estratégia de segurança energética’, já estão definindo uma ordem geopolítica global sobre os territórios do Sul.²²

Brasil, um jogador decisivo

“O Brasil está abrindo o caminho para transformar o etanol em uma commodity energética comercializável internacionalmente. Uma melhor relação bilateral não é apenas necessária, mas é também benéfica para os interesses brasileiros assim como americanos. O

²² Ver *A Geopolítica dos Agrocombustíveis*, Documento de Posição do primeiro encontro internacional de organizações do Sul global para debater Agroenergia e Soberania Alimentar, Quito, Equador, Junho 2007. Online: www.accioneologica.org; www.terradedireitos.org.br

diálogo bilateral é crescentemente uma via de mão dupla. Os estados Unidos continuam a definir a agenda para a arena internacional; contudo, o Brasil é um ator decisivo na definição dos termos nos quais está agenda é discutida”²³

A importância do etanol não pode ser subavaliada como um meio do Brasil ascender como força política no século 21.

O Brasil vem desempenhando um papel chave na promoção global dos agrocombustíveis e nas negociações em direção à criação e desenvolvimento de um mercado internacional para o etanol. Ainda que a política externa brasileira esteja utilizando a capacidade produtiva de agrocombustíveis para, por exemplo, obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a agroenergia é promovida no âmbito doméstico como sendo ‘além de ideologias’, apoiada pelas mais inusitadas alianças políticas (como Bush), em função de promover energias ‘limpas, renováveis e logo, pacíficas’.

Hoje, a energia renovável contribui em uma proporção sem concorrentes para a matriz energética brasileira: 45 % do total de energia produzida e consumida no Brasil provêm de fontes não-fósseis, comparada com somente 14% de fontes renováveis em uma média da matriz energética mundial e apenas uma tímida média de 6% nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A alta moral do Brasil em ‘renováveis’ provém da seguinte distribuição das fontes energéticas que respondem pelo total do suprimento nacional:

Petróleo	37.9 %
Hidrelétrica	14.8 %

²³ Ex Embaixador do Brasil nos EUA Sr. Abdenur, *The Future of US –Brazilian Relations*. Encontro no Woodrow Wilson International Center for Scholars, January 24, 2007: ‘O Embaixador Abdenur é um destacado membro da geração de diplomatas que pavimentaram o caminho para abrir o Brasil para o resto do mundo durante e após a transição democrática dos anos 1980s....sua carreira de sucesso inclui servir como embaixador do Brasil em três das nações mais influentes do mundo - Estados Unidos, China e Alemanha – e como secretário geral do Itamaraty’.

Cana-de-açúcar (etanol e cogeração de bio-eletricidade)	14.6 %
Madeira (carvão vegetal) e outros insumos orgânicos	12.4 %
Gás	9.6 %
Carvão mineral	6.0 %
Outras renováveis	3.0 %
Nuclear	1.6 %

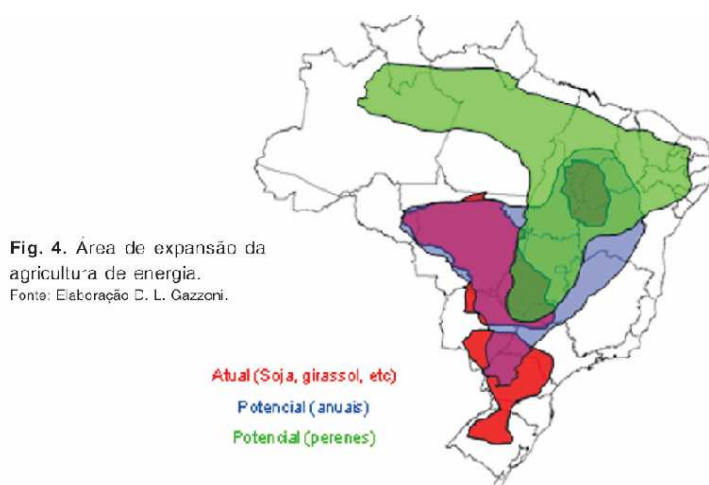
*ABDI, 2007 (Agência Brasileira para o Desenvolvimento Industrial)

O Brasil tem hoje a maior frota de carros com motor bi-flex no mundo- e o álcool combustível corresponde por aproximadamente 40% do combustível líquido utilizado no transporte leve (veículos com ciclo Otto) – considerando o consumo de álcool combustível e a mistura obrigatória de 25 % álcool na gasolina regular. Mais de 95 % dos novos carros saem da fábrica com motores bi-flex ou flex fuel. A liderança do país se deve, e com a introdução da House Resolution definitivamente firma-se, no programa Pró-álcool, promovido primeiramente pelo regime militar durante a crise do petróleo no início dos anos 70'. Naquele tempo o Brasil encontrou uma forma de reduzir sua vulnerabilidade energética escolhendo a cana-de-açúcar para diversificar seu setor energético e obter combustível para os carros e, ao mesmo tempo, favorecer os usineiros de famílias ricas e grandes latifundiários e proprietários de terras que estavam sofrendo com os baixos preços do açúcar no mercado internacional. Os usineiros têm dominado as elites políticas e econômicas no país desde os tempos coloniais, quando a primeira usina de açúcar foi instalada no Brasil em 1532.²⁴

²⁴ No Brasil sugere-se utilizar álcool como combustível de motores desde os anos 1930, como uma alternativa de energia nacional ao petróleo que só foi encontrado no território brasileiro na década de 1950. Contudo, o grande impulso veio em 1975 quando teve início o Programa Nacional do Álcool, Proálcool, e deu aos consumidores subsídios e incentivos fiscais para comprar carros 'a álcool e garantiu os lucros das empresas estabelecendo o preço dos carros e garantindo a compra de toda a produção. Lula deu um novo fôlego ao etanol em 2003, quando cientistas de todo o mundo divulgavam pesquisas sobre o aquecimento global. Além de suas bases estarem assentadas em pesados subsídios e a ditadura militar, um importante elemento da competitividade do etanol brasileiro é uma variedade de cana-de-açúcar que foi trazida da Argentina e utilizada para potencializar a produção durante o Pró-álcool inicial

Hoje, o que torna o Brasil distinto de qualquer outro país é que etanol e agrocombustíveis constituem um projeto de Estado. 'Agroenergia' atualmente unifica o discurso de várias agências estatais, da pesquisa pública à agências reguladoras, sob a coordenação central da Ministra da Casa Civil que supervisiona todos os ministérios que têm interface com o tema, incluindo entre outros: Agricultura, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e até mesmo Defesa, pois *energia é visto com um assunto de segurança nacional*.

Para garantir sua fatia na indústria global emergente de energia limpa, o Brasil adotou uma estratégia agressiva, combinando interesses públicos e privados, desde estabelecer parcerias regionais com os EUA até seu Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011), a política pública em agroenergia mais ambiciosa do mundo. O Plano foi concebido²⁵ com o objetivo de consolidar a liderança do país nos chamados agrocombustíveis de primeira geração (etanol e biodiesel) e a levar ao desenvolvimento da segunda geração, etanol celulósico, com um forte componente biotecnológico (sementes e enzimas).



²⁵ O Plano foi concebido pelo então Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, hoje na Comissão Interamericana do Etanol.

Áreas para a produção de agroenergia²⁶

Embora as estimativas oficiais tenham sido drasticamente alteradas desde o lançamento do Programa Nacional de Agroenergia (final de 2005), dos iniciais 200 milhões de hectares que foram considerados “socialmente aceitáveis” para a expansão dos cultivos de agroenergia (cana-de-açúcar, oleaginosas para biodiesel e plantações de eucaliptos para florestas energéticas), a estimativa foi reduzida para algo mais ‘modesto’, como 90 milhões de hectares.

As monoculturas de cana-de-açúcar hoje ocupam 6.9 milhões de hectares, com uma média de 50% desta área destinada à produção de açúcar e os outros 50% para a produção de álcool. Em cálculos recentes de disponibilidade de terras, o governo estima que ‘somente’ 53.4 milhões de hectares são utilizáveis para a expansão potencial, dos quais 11 milhões devem ser excluídos ‘por restrições ambientais’, sobrando os restantes 42 milhões de hectares como ‘mais do que suficiente’ para atender a demanda global em 2025. Este total incluiria 25-30 milhões de hectares de ‘pastagens degradadas’ atuais que seriam ‘recuperadas’ para a produção de cana, e, de acordo com o governo, *sem expansão* sobre áreas ameaçadas tais como o Cerrado e a Amazônia.²⁷ A expansão da cana-de-açúcar já produziu um efeito dominó em mudanças na ocupação da terra (por exemplo, laranja, leite). O que está abaixo, está acima também: à dinâmica de expansão da monoculturas sobre os territórios, os poderes locais que impedem o acesso democrático à tenência da terra e apóiam o controle corporativo sobre insumos e

²⁶ *Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011*, p. 51, 2da edição revisada, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. <http://www.biodiesel.gov.br/docs/PLANONACIONALDOAGROENERGIA1.pdf>.

²⁷ Décio Gazzoni, engenheiro agrônomo com mais de 30 anos de experiência como pesquisador da EMBRAPA (a maior empresa pública de pesquisa e desenvolvimento agrícola no mundo) e responsável por elaborar o Programa Nacional de Agroenergia declarou que “temos que ser pragmáticos e permitir o reflorestamento da Amazônia com plantações de palma africana...que irá possibilitar a produção de biodiesel” (Dinheiro Rural, ano III, no. 25, novembro 2006).

tecnologia, corresponde a um movimento associado, no nível macro, que devemos observar com maior atenção.

Etanol como uma força de integração regional

O Memorando de Entendimento (MOU, por sua sigla em inglês) firmado em março de 2007 entre os EUA e o Brasil busca promover uma maior cooperação em etanol e agrocombustíveis no Hemisfério Ocidental, incluindo esforços multilaterais para avançar o desenvolvimento de agrocombustíveis em outros países através de assistência e apoio para implementar indústrias locais. Países da América Latina visados para receber assistência técnica e para estabelecer e/ou expandir as plantações de cana-de-açúcar e as usinas são: República Dominicana, El Salvador, Haiti, St. Kitts e Nevis. De acordo com a linha oficial, o objetivo é promover a capacidade local para a produção e o consumo de agrocombustíveis e para criar empregos, reduzir dependência em combustíveis fósseis e dinamizar o desenvolvimento econômico.²⁸ Contudo, uma análise das forças mais amplas atuantes na região mostram que estas vão além da produção e do consumo local.

O apoio do Brasil ao etanol como um uma nova força para a integração econômica e política das Américas é sustentada pelo presidente Lula com obstinada determinação. Além da promoção dos agrocombustíveis, Lula também tornou-se pessoalmente comprometido com um projeto 'visionário' de unificar as Américas através da cana-de-açúcar e da indústria de biomassa.

Além de Lula, há um ator não-governamental, a Comissão Interamericana do Etanol, que compartilha de uma 'visão' semelhante para a região.²⁹ Os membros desta comissão incluem Jeb Bush (irmão de George W. Bush) e Roberto

²⁸Christopher McMullen, Deputy Assistant Secretary for Western Hemisphere Affairs, US-Brazil Relations: Forging a Strategic Partnership, Remarks to the Brazil-US Business Council, Washington, DC, October 17, 2007.

www.state.gov/p/wha/rls/rm/07/q4/94355.htm

²⁹ Outros atores que apóiam o etanol/agrocombustíveis na região defendendo-os como uma grande oportunidade para o desenvolvimento rural é a secretaria regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), presidida por José Graziano, ex ministro do programa Fome Zero, e o

Rodrigues, ex Ministro da Agricultura e mentor do Plano Nacional de Agroenergia. Antes de participar do governo, Rodrigues era presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG); e Luis Moreno, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O propósito desta Comissão é promover o entendimento entre os setores público e privado, buscando estabelecer os padrões e especificações, definindo o marco regulatório para o futuro mercado internacional de etanol. A participação nesta Comissão é a verdadeira representação dos interesses por trás da indústria do etanol e seus apoios políticos.

O BID é outro ator que está promovendo e financiando fortemente a produção de agrocombustíveis na região. Um estudo do BID de abril de 2007, *Um modelo de energia limpa nas Américas (A Blueprint for Green Energy in the Americas)*, relata que alguns países da América Latina e do Caribe demonstraram 'grande interesse e promessas' no desenvolvimento de agrocombustíveis.³⁰

O estudo do BID afirma que embora o período de colheita da cana na América Central é mais curto do que no Brasil, a Costa Rica, El Salvador e a Guatemala têm usinas de açúcar suficientes e poderiam produzir quantidade significativa de etanol de cana-de-açúcar. A Costa Rica e a Guatemala respondem por 44% das usinas de processamento de etanol na América Central.

Na região do Caribe as maiores usinas de etanol estão localizadas na Jamaica e na República Dominicana. A Jamaica exportou a maior quantidade de etanol para os Estados Unidos, sendo que a maior parte deste álcool vem do Brasil hidratado, é desidratado ali, transformado em anidro e vendido para os EUA³¹.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), um ator central na promoção da Revolução Verde na região.

³⁰ Relatório do BID, abril 2007.

³¹ De acordo com previsão da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), as exportações brasileiras de álcool para os Estados Unidos via Caribe *deve triplicar* na safra 2007/2008 sobre a safra 2006/2007, de 350 milhões de litros para mais de 1 bilhão de litros.

Beneficiando-se de acordos de livre comércio tais como o Acordo para Recuperação Econômica da Bacia do Caribe (CBERA), países do Caribe e da América Central podem exportar etanol para os EUA sem tarifas, desde que isso não exceda os 7% da produção doméstica americana (em constante expansão).³² Sob o Acordo de Livre Comércio entre EUA, América Central e a República Dominicana (CAFTA-DR), os países signatários (Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Honduras, Nicarágua, e El Salvador), continuam a compartilhar isenção de tarifa para exportar e acessar o mercado dos EUA sob as condições estabelecidas pela Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI), mas exportações da Costa Rica e El Salvador recebem alocações específicas. No futuro, estes acordos de livre comércio podem potencializar a produção local de etanol na América Central o que resultaria nas mesmas questões econômicas, ambientais e sociais que são experimentadas em outros locais.

Países sob o Acordo de Livre Comércio Estados Unidos - América Central (CAFTA) são exatamente os mesmos países nos quais o BID está promovendo os agrocombustíveis com mais intensidade: Panamá, Honduras, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, República Dominicana e Nicarágua. Conjuntamente, estes países respondem com 700 mil hectares de área já plantada com cana, a maioria processada para a produção de açúcar. Estima-se que a área ocupada pela produção de cana nestes países deve saltar para 1.05 milhões de hectares, aumentando em 50%.

Do lado corporativo, o conglomerado industrial brasileiro, Dedini, expressou seu propósito de expandir-se para a região da América Central e do Caribe.³³ A Dedini é responsável por cerca de 80% da produção nacional de etanol e mais de 30% da produção mundial, e planeja aumentar suas exportações sendo que seus mercados potenciais seriam Califórnia (via América Central) e a região do Pacífico

³² Bravo, Elizabeth, “Agrocombustíveis, Cultivos Energéticos e Soberania Alimentar na América Latina: Aquecendo o Debate,” *Expressão Popular & Terra de Direitos*, São Paulo, 2007.

³³ www.dedini.com.br

Asiático, especialmente Japão, Coréia e a União Européia. Outros grupos do agronegócio brasileiro, apoiados por investimentos estrangeiros e planos regionais para agrocombustíveis estão arrendando terras, estabelecendo plantações de cana e construindo novas usinas na região. O etanol e um pesado suporte de infraestrutura (estradas, álcool-dutos, portos, tanques para armazenagem, etc.) parecem oferecer novas oportunidades de negócios que estão sendo introduzidas sob a rubrica de programas de 'desenvolvimento rural'.³⁴

Suprir o mercado mundial com energia renovável está se tornando uma força integradora central nas Américas, expressando a quintessência dos termos do Memorando de Entendimento entre os EUA e Brasil. Enquanto serve à estratégia de segurança energética, é uma oportunidade para os conglomerados agroindustriais brasileiros exportarem etanol e vender tecnologia através deste novo corredor de combustível.

Abastecendo a Demanda dos EUA

Em janeiro 2007, o Presidente Bush anunciou a meta dos EUA reduzirem seu consumo de petróleo em 20% em apenas 10 anos e ao mesmo tempo pediu para aumentar em 7 vezes (septuplicar) a produção atual de etanol, hoje em mais de 18 bilhões de litros de etanol/ano.

Uma demanda adicional de etanol já resultou no aumento drástico do preço do milho, a maior matéria prima para etanol nos EUA. O desabastecimento de milho já provocou aumento no preço da soja, o substituto natural para ração animal. Os altos preços do milho e da soja estão criando problemas para as corporações dependentes destas commodities. A indústria de carnes e de alimentos

³⁴ Brasil também está ajudando a promover uma 'revolução dos agrocombustíveis' nos países da África Sub-Sahariana tais como Angola, Moçambique, Burkina Faso, Congo, e outros, através de assistência técnica agrícola – como por exemplo o primeiro escritório da Embrapa no continente africano. Além disso, muitas organizações e fundações dos EUA estão investindo pesadamente para promover uma Nova Revolução Verde para a África. Ver: Elenita Daño, *Unmasking the New Green Revolution in Africa: Motives, Players and Dynamics*, Third World Network and African Center for Biosafety, 2007.

processados começou a retroceder, acusando os agrocombustíveis pelo aumento no preço dos grãos e por afetar seus ganhos e lucros. No final de junho 2007, a Dean Foods Co., H.J. Heinz Co., Kellogg Co., Nestlé USA, Pepsico Inc. e Coca-Cola Co. enviaram uma carta aos senadores americanos dizendo que o aumento no uso do milho para etanol iria impactar em sua “capacidade de produzir alimentos competitivos e acessíveis”.³⁵

Os preços globais dos alimentos aumentaram 37 % em 2007, sobre um aumento de 14 % ocorrido em 2006,³⁶ de acordo com um estudo baseado nos preços de exportação de mais de 60 alimentos comercializados internacionalmente, realizado pelo Índice de Preços dos Alimentos, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Uma nova dimensão e natureza do ‘choque do óleo’ e relacionada à demanda e custos dos insumos para os agrocombustíveis manifesta-se na alta dos preços do óleo de cozinha, já impactando dramaticamente sobre o total de calorias consumidas para a maior parte da população mundial no Sul.

Por que etanol de cana?

O etanol de cana é atrativo em função de que os métodos utilizados para calcular as emissões de Gases de Efeito Estufa (GHG), no nível micro, mostram que o etanol de cana brasileiro é o biocombustível disponível com maior potencial de economia de CO₂.

Negociações em torno a Diretiva de Qualidade dos Combustíveis (Fuel Quality Directive), atualmente em negociação na União Europeia (EU), poderiam resultar em uma taxa de mistura obrigatória ainda maior que as em vigor atualmente para todos os países da EU. Países da UE tendem a apoiar-se mais no biodiesel,

³⁵ Lauren Etter, “Ethanol Craze Cools as Doubts Multiply”, *Wall Street Journal*, November 28, 2007.

³⁶ Keith Bradsher, “Oil Quandary: Costly Fuel Means Costly Calories”, *The New York Times*, January 18, 2008.

sendo a Alemanha o maior produtor mundial deste combustível, produzido a partir de canola e girassol e somente para consumo doméstico.³⁷

Em seguimento à intensa mobilização da sociedade civil em 2007 que desafiou os impactos negativos da febre dos agrocombustíveis, debates de especialistas e novas metodologias de cálculo (considerando os efeitos diretos e indiretos do uso da terra),³⁸ a UE foi forçada a revisar sua política. A crescente sensibilização da opinião pública sobre preocupações científicas relacionadas à confiabilidade dos atuais métodos de cálculo poderiam, como visto, impactar consideravelmente na estratégia de desafiar a imagem geral de ganha-ganha dos agrocombustíveis, tal como esta é vendida pela indústria e governos.

No contexto mais amplo da competitividade nesta nova industrial global – energia limpa – o etanol celulósico define a fronteira tecnológica para o que são chamados os agrocombustíveis ‘de segunda geração’. A disponibilidade comercial nos próximos sete anos (média) irá depender imensamente no aumento da produção de biomassa por hectare, bem como de um importante apoio de biotecnologia/transgênicos, para acelerar o processo enzimático, em especial, a fermentação.

A dependência na biomassa para co-geração de combustível e eletricidade irá produzir toda uma cadeia de álcool-química no futuro. Em outras palavras: praticamente tudo o que é produzido hoje a partir do petróleo e do gás, irá ser produzido a partir do etileno feito de etanol.

³⁷ Corporate Europe Observatory (2007). Ver: Diretiva 2003/30/CE Parlamento Europeu sobre a promoção do uso dos agrocombustíveis e outros combustíveis renováveis para o transporte.<http://europa.eu.int/scadplus/leg/en/lvb/l21046.htm>

³⁸ Energy and Transportation Department of University of California, Berkeley, “Greenhouse gas (GHG) emissions from indirect land use change (LUC)”, January 12, 2008. Memo at: http://www.arb.ca.gov/fuels/lcfs/011608ucb_luc.pdf

Permitir que o etanol entre nos EUA sem penalidades ou requerimentos especiais poderá agir como um catalítico para aumentar a produção global, com vastos impactos sentidos fora do país, sobre outros territórios.

Por este motivo é pertinente perguntar se quando a delegação de congressistas americanos pedem que é essencial eliminar as tarifas que estão impedindo o etanol brasileiro de entrar no mercado dos EUA, estariam eles realmente expressando alguma preocupação ambiental ou um verdadeiro comprometimento com uma política de energia limpa consistente? O que foi capaz de reunir uma delegação bipartidária para visitar o Brasil e reforçar o livre acesso para o etanol de cana no mercado americano ?

Agrocombustíveis: um Cavalo de Tróia para o Livre Comércio

Organismos internacionais como a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a FAO estão apoiando iniciativas de agrocombustíveis no marco do “desenvolvimento”, quando de fato estes combustíveis parecem ser um agente central por trás dos acordos de livre comércio. Para apoiar a elaboração e implementação de programas piloto, estas organizações estão apoiando os agrocombustíveis por outras razões além da ‘preocupação crescente com o clima’, ‘reservas fósseis finitas’ e ‘estratégias de segurança energética’.

O programa de apoio ao etanol como agenda de livre comércio foi claramente destacado no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) Relatório do Desenvolvimento Humano 2007-2008, lançado em Brasília em novembro de 2007. O relatório, *Combater a mudança do clima: Solidariedade Humana em um mundo dividido*, diz explicitamente:

“O comércio internacional pode ter um papel muito maior na expansão dos mercados para combustíveis alternativos. O Brasil é mais eficiente que a União Européia e os Estados Unidos na produção de etanol. Além disso, o

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

etanol de cana-de-açúcar é mais eficiente em reduzir as emissões de carbono. O problema é que as importações de etanol brasileiro são restringidas por altas tarifas de importação. Remover estas tarifas poderia gerar ganhos não somente para o Brasil mas para a mitigação das mudanças climáticas.”³⁹

Utilizando um marco ilustrativo para evitar os perigos das mudanças climáticas, o Relatório do Desenvolvimento Humano sugere que os países desenvolvidos deveriam cortar duas emissões e pelo menos 80 % até 2050 e 30 % até 2020, a partir dos níveis de 1990, enquanto os países em desenvolvimento deveriam reduzir suas emissões em 20 % até 2050, em relação aos níveis verificados em 1990. Contudo, estes cortes deveriam ocorrer já a partir de 2020 e seriam apoiados através da cooperação internacional e o financiamento de transferência de tecnologias de eficiência energética, com baixo impacto de carbono. Isto poderia abrir o caminho para um ‘bazar tecnológico’ sob o Regime Internacional da Propriedade Intelectual.⁴⁰

Fomentar o comércio internacional para promover políticas de mitigação das mudanças climáticas transformou o etanol e outros agrocombustíveis em um Cavalo de Tróia para estabelecer um mercado mundial de emissões e de créditos de carbono, sem incidir das causas estruturais da mudança do clima.

O relatório da UNDP expressa a posição fundamental da ONU de tratar da agenda da justiça climática através do comércio; seu lançamento coincide com a agenda das mudanças climáticas lentamente ganhando entrada nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e discussões de transição a um regime pós-Protocolo de Kyoto em seguimento ao encontro de mudanças climáticas em Bali, dezembro 2007.

³⁹ P.143, figura 3.7: ‘Alguns agrocombustíveis são mais baratos e cortam as emissões de CO₂’. Com quase 400 páginas o Relatório do Desenvolvimento Humano foi lançado apenas uma semana antes das nações do mundo reunirem-se na Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas em Bali, Indonésia, dezembro 3-14 de 2007, para negociar um novo tratado sobre o clima. Relatório disponível em: [at www.undp.org](http://www.undp.org)

⁴⁰ *UNDP Wants Climate Justice Through Trade*, by Ashok B. Sharma, 11/27/2007, The Financial Express, New Dehli at: www.financialexpress.com/news/UNDP-wants-climate-justice-through-trade/244056/

Espera-se que este movimento terá um impacto maior durante a Conferência Internacional de Agrocombustíveis, auspiciada pela ONU, a ser realizada no Brasil, no segundo semestre de 2008. Promovida pelo Brasil, EUA, UE, África do Sul, China e Índia (o segundo maior produtor de etanol de cana-de-açúcar do mundo), as preparações para a Conferência incluem o esforço do Brasil de transformar o etanol em um 'bem ambiental' (sob as categorias e regras da negociação da atual Rodada de Doha) e infinitas discussões sobre 'critérios de sustentabilidade' (padrões ambientais e sociais de certificação), destinados a assegurar uma fatia maior no crescente mercado internacional para agrocombustíveis.

Na transição para uma sociedade pós petróleo, a agroenergia como uma nova matriz para os EUA expandirem seu engajamento com o Brasil está se tornando um tema internacional. A confluência do Brasil e dos EUA sobre o etanol exemplifica como a política da energia/mudança do clima tem menos que ver com questões ambientais do que com a emergência de uma nova balança de poder na região em garantir sua segurança energética. Esta aliança provavelmente terá impactos mais amplos na arena internacional, bem como esta aliança virá a determinar o futuro mercado global para o etanol.

O início do século 21 foi marcado pelo surgimento do movimento anti-globalização. A crescente oposição à OMC e ao poder das corporações galvanizou um desafio global à ideologia do livre comércio e à economia neoliberal na forma do Fórum Social Mundial. O livre comércio, contudo, parece estar ressuscitando sob a OMC na medida em que os agrocombustíveis e os argumentos sobre as mudanças climáticas poderão finalmente superar o Calcanhar de Aquiles dos subsídios agrícolas. Desta forma, o impulso do etanol na região da América Central e na América Latina pode ter um impacto muito mais abrangente e global.

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

Capital Verde: Mudanças Climáticas e a Estratégia Corporativa para Agroenergia

Ao evitar adotar medidas para combater as causas estruturais das mudanças climáticas, os agrocombustíveis estão ajudando a criar novos arranjos políticos que visam maximizar os lucros corporativos e perpetuar os desequilíbrios de poder. Milhares de hectares de ecossistemas tradicionais, terras agriculturáveis e modos de vida tradicionais estão sendo irreversivelmente afetados pela expansão dos cultivos de bioenergia, na medida em que nossas vidas urbanas e industrializadas e a demanda de energia cada vez maior estão comprando a estratégia de 'tornar verde' o capitalismo, neste novo ciclo de acumulação das corporações. É essencial compreender como os interesses corporativos conseguiram determinar o discurso oficial da mudança do clima e dos agrocombustíveis e construir uma estratégia de resistência.

Deconstruindo o Discurso Oficial

Propagandeados como sendo essenciais na luta para mitigar as mudanças climáticas, a ampla promoção dos agrocombustíveis aparece como uma estratégia de energia limpa dos governos para uma efetiva governança ambiental global.

O debate crescente sobre as implicações ambientais, sociais e econômicas da mudança do clima é em parte, um resultado dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC) divulgados no início de 2007. O IPCC, trabalhando sob o mandato da ONU, reconheceu o aquecimento global sobre bases científicas, sua causa antropogênica, ou seja, causado por ações humanas, fez prognósticos consensuados em cenários futuros prováveis e regiões mais vulneráveis; por último, lançou recomendações para ações imediatas, de médio e longo prazo para mitigar e inclusive reverter a crise atual que ameaça a vida no Planeta. Estes relatórios reconhecem o aquecimento global como consequência da atividade industrial e o uso de combustíveis fósseis, a principal fonte da matriz energética global.

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

Uma das recomendações mais fortes do IPCC foi a imediata redução das emissões de gases de efeito estufa geradas com a queima de combustíveis fósseis, para o que o transporte contribui de forma chave. Entretanto, cada cadeia produtiva requer transporte, e mais ainda em uma economia globalizada. Há toda uma indústria de logística, e corporações, lucrando exclusivamente do transporte e circulação de bens ao redor do mundo, especialmente produtos agrícolas e mercadorias comestíveis, que resulta em alto consumo de energia.

Um relatório recente da FAO demonstra que a criação industrial de carnes é uma grande ameaça ao meio ambiente, responsável por 18 % das emissões de gases de efeito estufa, uma porcentagem maior que aquela atribuída ao que é delimitado como 'setor de transporte'.⁴¹ Os impactos da produção industrial de carnes vão dos efeitos devastadores nos ecossistemas para a produção de soja e milho para as rações, as questões de saúde pública causadas por uma dieta insustentável à base de proteína até a destruição dos sistemas locais de produção de alimentos. Todavia, como o 'setor de transporte' foi definido e recortado é central para compreender a estratégia que nós devemos desafiar.

Os países europeus tomaram a dianteira em estabelecer metas para o uso de agrocombustíveis de forma a poder cumprir com seus compromissos internacionais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Estas metas obrigatórias (5.75 % e 10 % de agrocombustíveis na matriz de transportes a UE até 2010 e 2020 respectivamente⁴²) tem o objetivo de assentar o caminho de uma

⁴¹ It generates 65 percent of human-related nitrous oxide, which has 296 times the Global Warming Potential (GWP) of CO₂. Most of this comes from manure. Livestock now use 30 percent of the earth's entire land surface, mostly permanent pasture but also including 33 percent of the global arable land used to producing feed for livestock. The report is available online at:

http://www.virtualcentre.org/en/library/key_pub/longshad/A0701E00.htm

⁴² Directive 2003/30/CE European Parliament, on the promotion of the use of biofuels and other renewable fuels for transport.

<http://europa.eu.int/scadplus/leg/en/lvb/l21046.htm>

transição global para fontes energéticas renováveis. Muitos países estão adotando rapidamente legislações de acordo com a nova política energética global e em consideração das negociações internacionais de governança ambiental para tratar das mudanças climáticas no que será um regime pós-Protocolo de Kyoto, a começar em 2012. Esta estratégia depende dos governos adotarem metas obrigatórias de mistura através de políticas públicas que façam a interface entre agricultura e energia, tais como planos nacionais de agrocombustíveis, nos quais as leis estão sendo feitas para que a esta mistura obrigatória progressiva faça destes uma estratégia internacional de 'segurança energética'.

Contudo, nem os Estados Unidos, a União Europeia, nem o Japão têm a capacidade de alcançar suas metas de energia somente sobre suas disponibilidades de terra agriculturável e produção agrícola. Se os EUA fossem substituir todo o combustível que consome por etanol, não haveria terra disponível para a produção de alimentos. Isso significa que as metas mandatórias para aumentar o uso de agrocombustíveis nos países desenvolvidos do Norte irá depender de áreas agrícolas, em sua maioria tropicais, nos países do Sul.

O surgimento de um mercado internacional para commodities de agroenergia, tais como etanol combustível, e a pressão para garantir o suprimento, está introduzindo novos atores corporativos que estão investindo pesadamente na produção de cultivos agroenergéticos. Uma vez que a adoção global dos agrocombustíveis depende da estratégia dos governos para assegurar a 'segurança energética', os planos nacionais e metas de agrocombustíveis estão impactando sobre a disponibilidade de terra agrícola e água em todo o mundo. Apesar deste impacto na produção global de alimentos e sobre terra arável e água, esta agenda está sendo promovida e levada adiante sem participação e debate público.

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

Desafiando as Causas Estruturais às Mudanças Climáticas

A definição de metas obrigatórias por força de lei e a criação de um mercado correspondente não atinge a inter-relação entre padrões de produção e consumo, nem suficientemente encoraja a redução nos padrões de consumo ou promove a eficiência energética.

Governos do Norte, com seus apoios massivos aos agrocombustíveis estão evitando assumir o peso político (e eleitoral) de tratar das causas estruturais às mudanças climáticas, as quais iriam impactar dramaticamente sobre a vida e os padrões de vida de seus cidadãos. Acima de tudo, os governos estão evitando desafiar as corporações, as principais benfeitoras e provedoras do consumo de massa cotidiano.

Com a possibilidade de manter em níveis de 'baixo impacto de carbono' os atuais padrões de consumo e mobilidade da classe média, definidos como 'padrões não-negociáveis' pelo Presidente George W. Bush, os agrocombustíveis vêm sendo apresentados ao público geral como uma alternativa, ao invés de enfrentar a necessidade urgente de drasticamente reduzir o consumo.

A aliança do etanol é um exemplo de como a nova política da energia/mudança do clima e a cooperação em agrocombustíveis trata-se realmente da manutenção da hegemonia dos EUA na região e às aspirações do Brasil, apoiadas por suas elites econômicas e políticas, a tornar-se uma potência regional e um parceiro dos EUA. Ao mesmo tempo, os agrocombustíveis estão aumentando a produção de combustíveis a partir da biomassa e consolidando uma cadeia inteira de produtos da agroenergia⁴³, fundindo os setores com o maior poder corporativo: agronegócio e energia.

⁴³A FAO lançou em maio 2006 sua *Plataforma Internacional de Bionergia (IBEP por sua sigla em inglês)*: **Bionergia**: energia de agrocombustíveis. **Agrocombustíveis**: combustível produzido direta ou indiretamente a partir de biomassa, tais como lenha, carvão, bioetanol, biodiesel, biogás (metano) ou biohidrogênio. **Biomassa**: material de origem biológica (excluindo material inserido em formações geológicas e transformado fóssil) tais como: cultivos energéticos, resíduos e sub-produtos agrícolas e florestais, esterco animal e biomassa microbiana. A **bionergia** inclui toda **energia proveniente da madeira (wood energy)** e

Lucrando com o Aquecimento Global

A ameaça do aquecimento global foi reconhecida pelo comitê do Prêmio Nobel através da premiação da cruzada pessoal de Al Gore, “que tem desempenhado um papel central em construir um consenso para a ação neste tema e fazer o mundo enxergar uma ameaça comum – as mudanças climáticas.”⁴⁴ Este ‘consenso para a ação’ foi alcançado em larga medida através de um poderoso instrumento de mídia e de estratégia de comunicação – um documentário ganhador do Oscar que oferece uma explicação e um marco de leitura de ‘como chegamos até aqui’, vista de uma perspectiva comprometida com a visão dos consumidores do norte e que oferece uma agenda ‘somente para consumidores’ para tratar do aquecimento global e deter a destruição do planeta - e ao mesmo garantir que as corporações continuem lucrando.

Soluções de mercado, contudo, são inadequadas e enganadoras, já que evitam as mudanças estruturais necessárias à economia industrial que a crise ecológica requer. A lógica corporativa rapidamente definiu um discurso político. Clamando por uma nova era para os negócios e o meio ambiente, “especulando no verde”, os investimentos do capital financeiro pretendem fazer fortuna (e salvar o mundo), apostando bilhões em soluções às mudanças climáticas.⁴⁵ Para compreender a essência deste novo vetor do lucro e da acumulação, Thomas L. Friedman, um defensor do livre mercado definiu:

“Você não pode fazer um produto mais ‘verde’ sem fazê-lo mais inteligente e mais adequado à demanda – seja um refrigerador ou um microchip. Apenas pergunte à G.E. ou Wal-Mart ou Sun Microsystems. Você não pode fazer um exército mais ‘verde’ sem com isso torná-lo mais seguro. Apenas

todos os recursos da **agroenergia**. **Recursos da energia proveniente da madeira (wood energy)** são: lenha, carvão, resíduos florestais, licor negro e qualquer outra energia derivada de árvores. **Recursos da agroenergia** são; cultivos energéticos, i. e. *plantas propositalmente cultivadas para energia* (grifo meu), tais como - cana-de-açúcar, beterraba, sorgo, milho, óleo de palma, colza e outras oleaginosas e várias gramíneas. Outros recursos agro-energéticos são os sub-produtos agrícolas e de criação animal, como palha, folhas, gravetos, husks, cascas, esterco, droppings, e outros subprodutos da agricultura e do abatedouro de animais”. (IBEP, p. 1, nota 1 e 2) <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/A0469E/A0469E00.pdf>

⁴⁴ *Who will Succeed Al Gore?* Thomas L. Friedman, *New York Times*, October 14, 2007.

⁴⁵ Brian Walsh, “Special Report: Business and the Environment – Venture Capital Sees Profit in Going Green,” *Time Magazine*, Vol 170, N.25, December 24, 2007.

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

pergunte aos militares americanos que estão desesperados por distribuidores de energia solar, de forma que eles não tenham que depender de diesel combustível para abastecer suas bases no Iraque – combustível este que tem de ser transportado por terra através do país, somente para ser explodido por insurgentes. Em promover nossas empresas para que elas fiquem ‘verdes’, nós estamos incentivando elas a que tomem a dianteira na nova indústria global – energia limpa. Em resumo, Al Gore foi recentemente honrado por destacar – como ninguém mais - o desafio climático. Mas nós seguimos precisando de uma visão, uma estratégia, um exército e um comandante na Casa Branca que possa inspirar jovens e velhos – não somente para enfrentar o desafio, mas para ver nele uma oportunidade de fazer a América uma nação (sic) melhor, mais forte e mais produtiva. Este é nosso momento crucial.”⁴⁶

É preciso urgente denunciar esta estratégia corporativa de tratar das mudanças climáticas. Este momento crucial de “tornar verde” as corporações ou “des-carbonizar” a economia para “salvar o planeta” somente está promovendo o livre comércio, hoje fortemente amparado como talvez nunca antes por governos nacionais, disfarçado como comprometimento com tratar do aquecimento global, e efetivado pelos governos como estratégias de “segurança energética”. Esta é a ‘verdade inconveniente’ real das mudanças climáticas: reciclar os velhos e conservadores discursos de mercado, apresentando opções para alavancar ‘lucros verdes’, comércio de carbono e negócios como de costume (*business as usual*). Lucros corporativos são incompatíveis com qualquer esforço sério de deter as mudanças climáticas, da mesma forma que são incompatíveis com esforços de voluntariamente e de forma coletiva reduzir o consumo.

Uma nova indústria global está surgindo: energia limpa. Por exemplo, o investidor financeiro Vinod Khosla, um fundador da Sun Microsystems e um dos mais influentes defensores do etanol nos EUA é um dos principais investidores e fundador da Brenco (Companhia Brasileira de Energia Renovável) o maior e principal fundo de uma típica, totalmente integrada, companhia de combustíveis renováveis:

⁴⁶ Thomas L. Friedman, “Who will Succeed Al Gore?” *New York Times*, October 14, 2007.

Brenco irá possuir e arrendar terras; plantar, desenvolver e colher cana-de-açúcar; construir e operar usinas industriais para a produção de etanol com co-geração de eletricidade e operar distribuição industrial em larga escala, no Brasil e no exterior deste combustível. Brenco iniciou a construção de umas das maiores plataformas de produção de etanol do Brasil e está atualmente construindo 10 usinas que irão produzir aproximadamente 3.8 bilhões de litros (1 bilhão de galões) de etanol combustível utilizando cana-de-açúcar como sua principal matéria prima; o fundo de investimento da companhia tem mais de US \$ 1 bilhão aplicados. (fonte: www.brenco.com.br)

Esta energia limpa destina-se a alimentar o modelo de desenvolvimento e o uso intensivo de recursos – da indústria petroquímica, cosméticos, plásticos, mercadorias, têxteis, até material de construção, colchões, embalagens, etc. Um suprimento contínuo é necessário para abastecer a demanda industrial de energia destinada à produção de massa, exportação e circulação de mercadorias, cada vez mais descartáveis, e para alimentar o padrão vigente de consumo global.

O consumo crescente de bens materiais, embora desfrutado apenas por uma minoria da população mundial, é promovido como um padrão universal e desejável, incorporado na hegemonia do modo de vida norte Americano, *American Way of Life*, e forjado desde a dieta da *Fast Food* até a ‘liberdade’ traduzida como transporte individual. Se o aquecimento global é o resultado do modo de vida industrial e urbano e sua incessante demanda de energia, industrializar massivamente as áreas rurais, aprofundando o modelo agroindustrial petro-dependente para produzir agrocombustíveis, nunca poderá ser uma solução.

Contradições da Revolução Agroenergética

À medida que crescem as preocupações em torno aos agrocombustíveis eles passam a ser criticados como sendo um remédio pior que a doença. Até o Relator da ONU para o Direito à Alimentação⁴⁷ Jean Ziegler pediu uma moratória global de

⁴⁷ Provisional report to the 62nd General Assembly, doc. A/62/289, general distribution on August 22, 2007.

cinco anos até que a pesquisa mais aprofundada possa garantir a efetividade dos agrocombustíveis para reduzir as emissões e esclareçam sua ameaça potencial ao abastecimento mundial de alimentos.⁴⁸

Com a Revolução Verde, vimos como a estratégia das corporações, mediadas pelos governos, modificou a produção global de alimentos e impactou dramaticamente sobre as condições de vida e ecossistemas. Esta agricultura dependente de agroquímicos tem destruído com o meio ambiente, desarticulado com a produção local e orgânica de alimentos e os sistemas de conhecimento tradicionais e transformando de forma irreversível as formas de vida indígenas e tradicionais. A Revolução Agroenergética irá agravar os impactos ecológicos e sociais da agricultura industrial. Suas contradições podem ser resumidas no seguinte:

- *Agrocombustíveis podem agravar as mudanças climáticas*: A ideia que os agrocombustíveis seriam 'neutros em carbono', nos termos de equacionar a redução de gases de efeitos estufa ou que eles possam ser usados para seqüestrar carbono como um mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) para cumprir as metas do Protocolo de Kyoto é a principal justificativa por trás da definição de metas para seu uso no transporte veicular, como é o caso na EU. Contudo, esta lógica não se sustenta quando considera-se sua dependência à agricultura industrial petro-dependente⁴⁹, o aumento no desmatamento e nas

⁴⁸ ONG internacionais com reputações e trabalhos consolidados em questões globais, agricultura e negociações comerciais, biossegurança, direitos humanos, responsabilidade social corporativa, etc. lançaram relatórios, informes, documentos de posição e declarações criticando a corrida dos governos em promover a agroenergia, exigindo que 'se alimentem as pessoas, não os carros'. Estas organizações também têm questionado a grande dependência de petróleo da agricultura industrial utilizada para produzir e transportar os agrocombustíveis; uso de terras férteis para produzir combustível para carros ao invés de alimentos. Os 40 % de aumento aproximado no preço da tortilla no México em janeiro de 2007 mostrou como os agrocombustíveis podem impactar nos preços dos alimentos e ocasionar convulsão social e conseqüências políticas.

⁴⁹ Para um argumento desenvolvido em profundidade sobre como as mudanças climáticas e o 'pico do petróleo' são ameaças fatais à agricultura industrial globalizada cuja hegemonia deveria ser desafiada por um novo paradigma de produção e consumo baseada na agricultura local e em pequena escala, ver Debi Barker, *The Rise and Predictable Fall of Globalized Industrial Agriculture*, International Forum on Globalization, 2007.

mudanças no uso da terra, que contribuem para aumentar as emissões de gases de efeito estufa.

- *Agrocombustíveis não alteram e sim perpetuam o desequilíbrio da civilização do petróleo*: Dada a geopolítica atual do petróleo, que é a espinha dorsal do desequilíbrio de poder militar e econômico no mundo de hoje, a adoção de agrocombustíveis com uma solução de curto prazo garante que o mercado permaneça estável por tempo suficiente para que as companhias petrolíferas possam recuperar os investimentos feitos e fortalecer a aliança com as empresas de agro-biotecnologia.⁵⁰ As companhias petrolíferas estão trabalhando em novas reservas de petróleo localizadas em áreas de prospecção cada vez mais cara e de grande suscetibilidade ambiental, tais como o Oceano Ártico. Desta forma, o interesse em agrocombustíveis pode ser visto como uma forma das corporações petrolíferas continuarem no controle do suprimento básico de energia e negar o debate democrático sobre medidas e transição energética.

- *Agrocombustíveis são uma ameaça à Soberania Alimentar*: Movimentos sociais e organizações da sociedade civil ao redor do mundo têm alertado contra a agroenergia e seus impactos sobre a Soberania Alimentar.

Movimentos sociais globais, especialmente dos países do Sul, fizeram-se ouvir no Fórum Global de Soberania Alimentar, Nyeleni, 2007.⁵¹ Realizado em Mali, África, mais de 600 participantes de várias partes do mundo reuniram-se no Fórum para celebrar uma década de luta pelo direito dos povos de produzir seus próprios alimentos e a decidirem suas políticas alimentares. Movimentos sociais e sociedade civil, incluindo camponeses, organizações ambientalistas, redes de consumidores, etc., concordaram que 'agrocombustíveis' produzidos a partir de monoculturas industriais controladas pelas corporações deveria ser denominados

⁵⁰ Por exemplo, no caso da BP e Dupont desenvolvendo conjuntamente o Biobutanol, um biocombustível que poderia ser transportado utilizando os oleodutos existentes.

⁵¹ www.nyeleni2007.org

'agrocombustíveis'. O argumento de que o prefixo 'bio', significando 'vida' é muito nobre e que esta terminologia, agrocombustíveis, tornava mais clara a conexão com o agronegócio.

Os produtos da agroenergia das corporações, com seu apelo de atender a demanda insustentável e sempre crescente de energia, competem por terra arável e água, apropriando-se de recursos comuns, colocando em risco nossa produção de alimentos e ameaçando as condições de vida e os ecossistemas. Grupos do Sul estão declarando os agrocombustíveis como uma nova fronteira da agricultura industrial para fortalecer o domínio das corporações transnacionais sobre a produção agrícola e preços internacionais destes produtos - impactando particularmente em países pobres e agroexportadores que precisam competir com a agricultura altamente subsidiada no Norte.

Recomendações: Soberania Energética e Alimentar – uma Agenda Positiva para 'Resfriar o Planeta'

Para lidar com a crise ecológica e as injustiças sociais e incidir nas causas estruturais do aquecimento global e da depleção dos recursos fósseis, os movimentos sociais no Sul estão construindo o conceito de *Soberania Energética*. Organizações de camponeses e pequenos agricultores ao redor do mundo estão trazendo uma perspectiva não-urbana de como atacar as causas estruturais do nosso consumo de energia e desafiar o controle corporativo, e ao mesmo tempo propor uma mudança que pode realmente fazer a diferença para o planeta. Relacionada à sua contraparte, a *Soberania Alimentar*, o objetivo do conceito de soberania energética é explicar a interdependência entre a produção de alimentos e de energia, a principal questão política com a qual nos enfrentamos hoje.

O Caminho em Direção à Mudança

Com milhões de membros em todas as regiões, o maior movimento de camponeses e pequenos agricultores (e pescadores artesanais e pastores) do

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

mundo, a Via Campesina é a principal voz destas populações rurais. O conhecimento dos camponeses sobre os métodos de produção (tanto artesanais como do modelo industrial), associado ao seu papel histórico como guardiões da terra e das sementes, garante que a são expertos sobre nas alterações sofridas no nível micro e macro em função das mudanças climáticas em todo o mundo. O documento de discussão recente da Via Campesina sobre como a agricultura industrial está contribuindo para acelerar as mudanças climáticas diz o seguinte:

“A produção e o consumo de alimentos controlados pelas corporações do agronegócio está contribuindo significativamente para o aquecimento global e para a destruição das comunidades rurais. O transporte intercontinental de alimentos, a imposição da produção intensiva em monoculturas, a destruição da biodiversidade e sua capacidade de armazenar carbono, a conversão de terras e de florestas e o uso de insumos químicos estão transformando a agricultura de grande produtora de energia em uma grande consumidora de energia e contribuindo para as mudanças climáticas. Sob as políticas neoliberais impostas pela OMC, os acordos bilaterais de comércio, assim como do Banco Mundial e do FMI, os alimentos são produzidos com fertilizantes e agrotóxicos à base de petróleo e transportados ao redor do mundo para processamento e consumo.

Sendo assim, nós, camponeses e pequenos agricultores de todo o mundo exigimos:

- 1) O desmantelamento completo das companhias do agronegócio: estas estão despojando os pequenos produtores de suas terras, produzindo comida-lixo (junk food) e criando desastres ambientais.
- 2) A substituição da agricultura e da criação de animais industrializada pela agricultura sustentável em pequena escala, apoiada por verdadeiros programas de reforma agrária.
- 3).A proibição definitiva de todas as formas de tecnologias genéticas de restrição de uso (GURTS).

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

4) A promoção de políticas energéticas saudáveis e sustentáveis. Isto inclui o consumo de menos energia e a produção descentralizada de energia em lugar da promoção em grande escala dos agrocombustíveis, como é o caso atual.

5) A implementação de políticas de agricultura e comércio em nível local, nacional e internacional, dando suporte à agricultura sustentável e ao consumo de alimentos locais. Isto inclui a abolição total dos subsídios que levam ao dumping e à competição desleal com comida barata nos mercados”.⁵²

Tal como os movimentos sociais estão demandando, é urgente adotar um novo paradigma para a produção de alimentos para substituir o sistema agroalimentar industrial e petro-dependente, um contribuidor chave para o aquecimento global e as mudanças climáticas. Para mover adiante esta agenda, é fundamental forjar um novo discurso sobre Soberania Energética e Alimentar.

Soberania Energética e Soberania Alimentar: identificando as causas estruturais

“Soberania” X “Segurança” expressam estratégias opostas e visões radicalmente distintas sobre a autodeterminação dos povos sobre seus recursos naturais. Por esta razão, movimentos sociais no Sul reconheceram a necessidade de um marco inovador para articular sua posição.

A tendência atual para ‘segurança energética’, tal como esquematizado aqui na geopolítica do etanol na região e a estratégia corporativa para a agroenergia no plano mundial, não se destina a alterar o *status quo*. A capacidade de misturar agrocombustíveis aos combustíveis fósseis irá prolongar a vida da infraestrutura e da sociedade dependentes do petróleo, retardando sua obsolescência e as

necessárias mudanças estruturais no modo de vida (e padrões de consumo) no mundo desenvolvido.

A agroenergia como estratégia de 'segurança energética' omite a dependência do atual sistema de produção de alimentos e fibras no sistema industrial, inteiramente dependente de insumos provenientes do petróleo (de compostos nitrogenados, fertilizantes, agroquímicos, à mecanização em todos os graus da cadeia de produção – transporte mundial, processamento, armazenamento, resfriamento e congelamento e logística para distribuição) No futuro, a depleção do petróleo e os altos preços terão um impacto sistêmico negativo no suprimento global de alimentos, fazendo com que a acessibilidade seja um questão chave para uma grande parte da humanidade.

O modelo agrícola industrial que começou com a Revolução Verde é petro-dependente em energia e insumos. Por isso, o fim da era dos combustíveis fósseis soa como o golpe de morte na agricultura industrial.⁵³

Uma nova ordem mundial irá demandar mudanças fundamentais onde Soberania Alimentar e Soberania Energética seriam componentes princípios guias para alcançar justiça ambiental e social; como expressões do direito de autodeterminação dos povos, estas decorrem do direito ao acesso democrático e controle efetivo dos recursos naturais comuns, garantindo assim que as comunidades e nações decidam livremente sobre seu desenvolvimento econômico social e cultural e a determinarem soberanamente seu regime político.

Ao exercer estes direitos, os povos estão verdadeiramente utilizando o poder de forma soberana, para tomar decisões ambientais responsáveis que irão afetar suas vidas cotidianas, sendo ao mesmo tempo responsáveis pelo planeta ao invés

⁵² *Los pequeños productores y la agricultura sostenible están enfriando el planeta (Small Scale Sustainable Farmers are Cooling Down the Earth)*, Documento de Discussão da Via Campesina Internacional sobre as Mudanças Climáticas. 9/11/2007, www.viacampesina.org.

⁵³ Ver: a *Geopolítica dos Agrocombustíveis*, Documento de posição do Sul global, do primeiro encontro internacional para discutir Agroenergia e Soberania Alimentar. Quito, Equador, junho 2007. www.terradedireitos.org.br e www.accionecologica.org.

de deixar que isto seja o resultado exclusivo das decisões de ‘segurança energética’ dos governos ou das decisões e políticas – em geral não democráticas – tal como apresentado aqui.

Contudo, um marco mais robusto para os direitos dos povos sobre os recursos comuns, ao qual os governos e Estados deveriam reconhecer, requer uma participação mais ampla da sociedade civil através de uma alfabetização energética, com instrumento de empoderamento.

Alfabetização Energética: Mudando Paradigmas

Alfabetização energética é um primeiro passo para um pensamento transformador baseado em um novo paradigma econômico-ecológico: se combater o câmbio climático de forma conseqüente requer que os cidadãos tomem ações radicalmente transformadoras, também demanda novas capacidades para pensar além da cultura consumista que até agora coloniza nossas mentes.

Para fazer um *Outro Mundo Possível*, nossa relação com e o conhecimento sobre o tecido energético, ou seja, *do que é feito o mundo que nos rodeia*, é o primeiro passo. A consciência dos fluxos de energia deveria nos levar a pensar para além dos nossos hábitos diários de consumo – da cadeia de corporações atrás de um hambúrguer à planta de celulose poluidora por trás de uma embalagem descartável de papelão. Uma estratégia para tornar este pensamento ecológico transformador em ação política está sendo proposto por movimentos sociais no Sul.

Brasil: Construindo a Soberania Energética e Alimentar

Durante a primeira Conferência Nacional e Popular sobre Agroenergia⁵⁴, realizada em Curitiba, outubro de 2007 em Curitiba, Brasil, mais de 500 delegados

⁵⁴A Conferência de Agroenergia foi capaz de galvanizar uma posição unificada de um amplo aspecto de atores: Via Campesina Brasil [incluindo a Pastoral da Juventude Rural (PJR), Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Estudantes Agronomia do Brasil (FEAB), e os movimentos camponeses: Movimento

concordaram que os agrocombustíveis, promovidos de forma coordenada entre interesses das corporações nacionais e internacionais, **não são** uma solução para a crise ecológica já que eles aprofundam ainda mais as conseqüências sociais e ambientais da agricultura industrial, com a expansão sobre os biomas ameaçados do Cerrado e da Amazônia.

Movimentos sociais se opuseram à febre atual dos agrocombustíveis em função de uma análise mais profunda da crise ecológica relacionada à mudança do clima: Estamos diante de uma encruzilhada—ou mudamos o paradigma atual ou a humanidade e a vida no Planeta será destruída.”⁵⁵

A declaração final que saiu desta Conferência reconheceu os agrocombustíveis como uma nova frente de expansão para ampliar os lucros do agronegócio e capaz de alterar drasticamente o tecido das sociedades rurais através da expansão massiva das monoculturas de cana, soja, palma africana, mamona e florestas energéticas de eucalipto para a produção de combustível. Os movimentos sociais, re-afirmando a luta de uma década para assegurar a soberania alimentar, propõem a diversidade de fontes de energias renováveis incluindo solar, biomassa, eólica, etc. O conceito de soberania energética enfatiza que a produção e o consumo de energia deveria ser integral e indivisível do direito dos povos a definir suas próprias políticas agrícolas e a produzirem seus próprios alimentos.

Os participantes concordaram que qualquer ‘substituto’ progressivo para o petróleo, em especial os agrocombustíveis para o transporte, são aceitáveis somente se acompanhados de uma transformação radical dos padrões de

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Produtores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Movimentos dos Atingidos Por Barragens (MAB)], o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); a CUT, REBRIP, FBOMS, Terra de Direitos, Amigos da Terra -Nat Brasil, FASE, IEEP, REPAS, Cooperbio, Rede Ecosocialista, Fetrasp, Feraesp, SindPetro, Dhesca Brasil. Além de participantes individuais, como o teólogo da libertação Leonardo Boff.

⁵⁵ Introdução de Por uma Soberania Alimentar e Energética –Posição das organizações, movimentos e pastorais sociais sobre a agroenergia no Brasil

produção e consumo. E esta transformação, política, deverá ser conduzida pelos governos, e não pelas corporações, de forma que cada país possa encontrar maneiras de alcançar sua própria soberania energética – produzindo energia sustentável para atender suas necessidades nacionais, ao invés da atual situação nos países do Sul nos quais a crescente produção de energia é para atender o mercado de exportação.

A Declaração da Conferência diz claramente que a sociedade civil e os movimentos sociais no país **não concordam** com a política de agroenergia “como é promovida atualmente pelo governo, para ser exportada com o objetivo de abastecer os países ricos do norte e gerar lucros para o agronegócio e as grandes empresas nacionais e transacionais.”⁵⁶

Os movimentos sociais também declararam que sob nenhuma hipótese a agroenergia deverá ser utilizada para legitimar, agora ou no futuro, o controle militar e a submissão de outros povos e de outros territórios – como ocorre hoje com o petróleo e os hidrocarbonos.

Os termos da Declaração não são uma receita para garantir a Soberania Energética, uma vez que ela está ainda em construção e depende das lutas diárias, nos territórios; contudo, ela pode ajudar a tornar óbvio para o mundo que os movimentos sociais brasileiros são críticos aos agrocombustíveis e estão propondo alternativas.

Na medida em que o aquecimento global cresce como uma ameaça inegável sobre todas as formas de vida, também desafia os nossos pressupostos básicos, discursos políticos antiquados e conceitos obsoletos – todos os quais falharam em lidar com as causas estruturais das mudanças climáticas. A crise ecológica causada pela sociedade industrial grita por uma mudança de paradigma em nossos padrões de produção e consumo e na forma como dependemos da

⁵⁶ Por uma Soberania Alimentar e Energética, ponto 5.

Natureza para prover nossas necessidades básicas que garantem nossa sobrevivência diária: ar para respirar, água para beber, terra fértil para cultivar alimentos, fibras e madeira, e biodiversidade – para garantir a todas as diversas e únicas formas de vida neste Planeta seu direito de simplesmente existir.

POR UMA SOBERANIA ALIMENTAR E ENERGÉTICA

Posição das organizações, movimentos e pastorais sociais sobre a agroenergia no Brasil.

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

Não há dúvida de que o planeta Terra está gravemente enfermo devido à ação destruidora do Capital, o grande responsável pela devastação ambiental, o aquecimento global e mudanças climáticas, além da privatização de todas as formas de vida. Estamos diante de uma encruzilhada: ou mudamos o paradigma de civilização atual ou a humanidade e a vida no planeta será destruída.

A nossa luta é por uma nova civilização baseada em uma relação de harmonia entre a humanidade e a natureza. Uma civilização em que não prevaleça o consumismo e a lógica do lucro e do mercado, que devasta os recursos naturais, concentra a riqueza e poder nas mãos de poucos e gera pobreza e desigualdade social. Lutamos por uma sociedade baseada na justiça social e ambiental, na igualdade, na solidariedade entre os povos, assentada em valores éticos coerentes a sustentabilidade de todas as formas de vida.

Diante disso nos posicionamos:

1. Defendemos que a terra, água, sol, ar, subsolo e a biodiversidade sejam conservados e utilizados de modo sustentável para prioritariamente produzir alimentos e proporcionar trabalho e qualidade de vida.
2. Afirmamos o princípio da soberania popular sobre o território e seu destino. A soberania alimentar e energética é o direito do povo a produzir e controlar os alimentos e a energia para atender suas necessidades.
3. A produção de energia não pode, de modo algum, substituir ou colocar em risco a produção de alimentos. A agroenergia só deverá ser produzida de forma diversificada e complementar à produção de alimentos.
4. A política de produção de agroenergia não pode continuar a ser determinada pela lógica de mercado, e pelos interesses das empresas petrolíferas, automobilísticas e do agronegócio. Combatemos o controle do capital estrangeiro sobre a economia, a terra, os recursos naturais e as fontes de energia do Brasil.

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.

5. A agroenergia deve ser produzida para garantir a soberania energética do povo e não, como é promovida atualmente pelo governo, para ser exportada com o objetivo de abastecer os países ricos do norte e gerar lucros para o agronegócio e as grandes empresas nacionais e transacionais.
6. O atual modelo de produção de agrocombustíveis está pressionando a expansão das fronteiras agrícolas e ameaçando os biomas brasileiros, principalmente a Amazônia e o Cerrado. Exigimos o fim do desmatamento e da expulsão de agricultores em todos os ecossistemas brasileiros. Afirmamos a soberania de todos os povos e comunidades tradicionais sobre o território.
7. A soberania alimentar e energética deve ser baseada na agroecologia e em uma economia que ao mesmo tempo expresse e integre nacionalmente, de maneira democrática, as economias locais e regionais com suas necessidades e características específicas. Combatemos o modelo insustentável e excludente do agronegócio, um dos principais causadores das mudanças climáticas devido à transformação do uso da terra, o desmatamento e a utilização massiva de agrotóxicos e transgênicos, além da mecanização e do transporte de mercadorias em escala planetária.
8. Rechaçamos e combatemos qualquer tipo de monocultura e propomos que se limite do tamanho das propriedades rurais e o limite das áreas destinadas para a produção de agroenergia em cada estabelecimento, município e região.
9. Reafirmamos a necessidade de uma reforma agrária popular, do reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e de um processo de democratização de acesso a terra como via para garantir a soberania alimentar e a soberania energética. O atual modelo do agronegócio é um processo de contínua concentração da propriedade da terra.
10. Lutamos por um modelo energético sustentável e diversificado. A agroenergia é apenas uma das alternativas ao lado de medidas de eficiência e outras fontes de energia renovável e sustentável.
11. Defendemos um modelo energético popular e descentralizado, que expresse as necessidades sociais e as características e potencialidades locais e regionais. Propomos a produção e gestão na forma de pequenas

unidades energéticas cooperativadas, comunitárias ou familiares sob controle dos camponeses, comunidades tradicionais e trabalhadores.

12. O papel dos camponeses e da agricultura familiar deve ser definido pela sua soberania e autonomia. Portanto, somos contra o sistema de integração que atrela os agricultores a empresas de agroenergia, que apenas exploram sua mão de obra. Defendemos políticas públicas que garantam crédito, assistência técnica e condições para que os camponeses produzam agroenergia em pequenas unidades de produção.
13. Lutamos por um novo sistema de transporte que integre suas diferentes formas (fluvial, ferroviário, rodoviário) e privilegie o transporte público e coletivo de qualidade, em vez do modelo insustentável e irracional dependente de petróleo e que privilegia o transporte individual.
14. Exigimos que o Estado brasileiro estimule, normatize e controle uma política de soberania energética em nosso país. Para isso, são necessários instrumentos, políticas e instituições públicas com controle social que garantam o papel efetivo do Estado para gerir todo o processo de produção e comercialização de agroenergia no Brasil.

Assinamos a carta, nós, os 500 participantes da Iª Conferência Nacional Popular sobre Agroenergia.

Primeira Conferência Nacional Popular sobre Agroenergia.

Na defesa da soberania alimentar e energética.

Curitiba, Paraná, Brasil. 31 de outubro de 2007

Aliança do Etanol: Ameaça à Soberania Alimentar e Energética.